



SERVIÇO SOCIAL

**MARIA RODRIGUES PINHEIRO
REGILAM FERREIRA DE LIMA**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS BONSUCESSO / BARREIRA-CE**

**FORTALEZA
2017**

**MARIA RODRIGUES PINHEIRO
REGILAM FERREIRA DE LIMA**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL BONSUCESSO – BARREIRA-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Faculdade Ateneu como requisito final para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Profa. Jenúsa Rodrigues de Alencar

**FORTALEZA
2017**

P654a Pinheiro, Maria Rodrigues.

A atuação do assistente social no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social Bonsucesso – Barreira – Ce. / Maria Rodrigues Pinheiro; Regilam Ferreira de Lima. -- Fortaleza: FATE, 2017.

22 f.

Orientador: Profa. Esp. Jeníusa Rodrigues de Alencar.
Artigo (Graduação em Serviço Social) – FATE, 2017.

1. Serviço Social. 2. Assistência Social. 3. Atuação Profissional. I. Título.

CDD 361

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BONSUCESSO – BARREIRA-CE
THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT IN THE REFERENCE CENTER FOR SOCIAL ASSISTANCE BONSUCESSO - BARREIRA-CE

¹Maria Rodrigues Pinheiro

²Regilam Ferreira de Lima

RESUMO

Esta pesquisa pretende investigar e examinar as expectativas e limites da ação do profissional de Serviço Social no Centro de Referência do município de Barreira/Ce, no ano de 2017. Na construção deste projeto foram consideradas as contextualizações sobre o referencial histórico e a trajetória do Serviço Social, as legislações da Política Nacional de assistência Social. Nestas contextualizações, objetivou-se visar às mudanças acerca da assistência social, tendo em vista a problemática principal em entender as probabilidades e limites do exercício do Serviço Social no que se refere à efetivação e garantia de direitos sociais na área da assistência social no referido município. Assim sendo, optou-se como ferramentas metodológicas, a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e as considerações foram estruturadas, com vistas a determinar à sistemática e dinâmica na atuação da assistente social e demais componentes da equipe que compõem o CRAS Bonsucesso. Com resultados da pesquisa realizada, percebe-se que embora haja limites para as possibilidades de efetivação dos direitos sociais, preconizados na Política Nacional de Assistência Social, devido a vários fatores, como a estrutura física, o número de funcionários no equipamento e, a rede para viabilização das demandas entre outras, estão de acordo no desenvolvimento e empenho da equipe no CRAS Bonsucesso.

Palavras-chave: Serviço Social, Assistência Social, Atuação profissional.

ABSTRACT

This research intends to investigate and to examine the expectations and limits of the action of the professional of Social Work in the Reference Center of the municipality of Barreira / Ce, in the year 2017. In the construction of this project was considered the contextualizations about the historical reference and the trajectory of the Service Social, the legislation of the National Social Assistance Policy. In these contextualizations, the objective was to aim at changes in social assistance, in view of the main problem in understanding the probabilities and limits of the Social Work exercise with regard to the effectiveness and guarantee of social rights in the area of social assistance in said municipality . Therefore, qualitative bibliographic research was used as methodological tools and the considerations were structured in order to determine the systematic and dynamic in the work of the social worker and other components of the team that make up the CRAS Bonsucesso. With the results of the research carried out, it is possible to observe that although there are limits to the possibilities of effective social rights, advocated in the National Social Assistance Policy, due to several factors, such as the physical structure, the number of employees in the equipment and the network to make viable the demands among others, are in agreement in the development and commitment of the team in the CRAS Bonsucesso.

Key words: Social Service, Social Assistance, professional performance.

¹ Acadêmica de Serviço Social, Maria Rodrigues Pinheiro Faculdade Ateneu/ mariarodriguesaz@gmail.com

² Acadêmico de Serviço Social, Regilam Ferreira de Lima Faculdade Ateneu/ regilam2@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso teve início a partir da inserção de um dos componentes da equipe no estágio supervisionado obrigatório na área de atuação da Assistência Social e, atualmente, o mesmo se encontra trabalhando no equipamento pesquisado o que veio a facilitar o acesso às informações necessárias.

À medida que as pesquisas bibliográficas faziam parte do cotidiano acadêmico, surgiu o interesse em investigar diretamente a atuação do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, por ser esta instituição o limiar de entrada para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a qual serve de referência para as famílias de seu território de extensão e demais áreas circunvizinhas.

A presença do profissional do Serviço Social é fundamental e sua intervenção de grande importância para a instituição, principalmente, para a vida dos usuários, pois é através do exercício profissional que estes buscam a garantia de seus direitos. Vale ressaltar, que essas demandas nos CRAS se configuram como reflexos das expressões da Questão Social, uma contradição do modo de produção capitalista.

Assim, como motivo de pesquisa considerou-se a atuação dos profissionais do Serviço Social no exercício de suas funções no CRAS, objetivando a personalização das metas e desenvolvimento encontrados por estes na execução da política de assistência social no CRAS de Barreira (CE).

Objetiva-se com esse estudo cooperar para o meio acadêmico de modo a delinear a atuação profissional no que se refere à efetivação da política de assistência social. Tenciona-se cooperar com um diagnóstico crítico do cotidiano vivido hoje nos CRAS, na especialização e ações do serviço social nessa área é mais uma ferramenta nas conferências sobre a política de assistência social, suas investigações e desafios enfrentados por seus profissionais cotidianamente com intuito para melhoria na qualidade do atendimento, bem como na vida do usuário, sem que isso acarrete prejuízo para nenhum dos segmentos desse exercício profissional tão importante.

Diante do exposto, pretendemos reafirmar que a base da atuação profissional do Assistente Social está na responsabilidade de direitos e na totalidade desses mesmos à classe trabalhadora, e que paralelamente, os assistentes sociais são sujeitos às exigências objetivas de um profissional da sociedade capitalista, e dessa forma, no exercício de suas ocupações precisa equilibrar a divergência entre as duas classes (trabalhadora e capitalista), sem que se desvie a sua responsabilidade com os usuários ou deixe de efetivar as atividades para qual foi contratado. Para tanto, é pertinente que o assistente social tenha uma posição política em

defesa da classe trabalhadora, e usufrua de seu conhecimento teórico-sistemático para entender as características da ação profissional e as particularidades apresentadas na sua rotina.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Referência da Assistência Social CRAS BONSUCESSO, localizado no bairro de Bonsucesso no município de Barreira/CE. O município disponibiliza uma equipe com quadro reduzido. Considerando esse fator, ressaltaremos a importância de uma pesquisa neste equipamento e sobre o trabalho do assistente social, já que de acordo com a NOB/RH devem-se ter no mínimo duas assistentes sociais a depender do porte do Município.

Esta pesquisa foi bastante relevante para suscitar debates sobre a inserção e a atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social, identificar as atribuições e competências bem como as implicações da realidade do Serviço Social no âmbito do CRAS, buscando obter dados qualitativos que direcionem as atividades do profissional e perceber se estas estão condizentes com os preceitos definidos pela política de Assistência Social.

O profissional de Serviço Social tem um papel fundamental no desenvolvimento das ações no CRAS. É imprescindível para a realização das atividades previstas no equipamento através do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF, tendo uma função interventiva junto às famílias e comunidades, por meio de metodologias próprias e sistemáticas, utilizando do discernimento nos objetivos propostos na política e na sua efetivação no município.

Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, por acreditar na existência de um vínculo dinâmico entre a realidade e o objeto de pesquisa, e pela técnica constituída no acervo bibliográfico, que foi o mais se adequaram para aquisição dos objetivos exposto, onde segundo Minayo (1993, p. 26):

A fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo. É o tempo dedicado – e que merece empenho e investimento - a definir e delimitar o objeto, a desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, a colocar hipóteses ou alguns pressupostos para seu encaminhamento, a escolher e a descrever os instrumentos de operacionalização do trabalho, a pensar o cronograma de ação e a fazer os procedimentos exploratórios para escolha do espaço e da amostra qualitativa.

Foram realizadas pesquisas de acervo bibliográficos de livros, artigos científicos, periódicos, legislações e sites, do referido tema, em seguida, a realização da investigação propriamente dita com a assistente social do Centro de Referência da Assistência Social do

Bairro: Bonsucesso em Barreiras (CE), e, conseqüentemente a esta contextualização do CRAS.

Enfatiza-se que para possibilitar a coleta dos dados relacionados à pesquisa só foram possíveis, após o ingresso de um dos componentes da equipe está presente no cotidiano do referido objeto de pesquisa. Inicialmente utilizamos a base teórica como um norte para a elaboração do objeto de estudo, principalmente na metodologia para a compreensão na teoria e, posterior análise, ponderando sobre as considerações encontradas após realização dos apontamentos e a observação da prática empírica, onde se fez um exame do cotidiano profissional, conseguindo assim, ter uma maior verificação dos avanços e desafios da intervenção profissional neste espaço de trabalho.

Assim sendo considera-se que a significação da vivência na rotina do referido CRAS, também contribuiu como forma de conexão com a teoria servindo de base para a criação desta pesquisa. Acreditamos que “o ciclo de pesquisa não se fecha, pois, toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas” (MINAYO, 1993, p.27). Considera-se que a referida pesquisa seja apenas o início para fomentar futuras análises e debates sobre a ação profissional de assistência social no CRAS Bonsucesso em Barreira/CE e que esta contextualização persista na abordagem e seja objeto de estudo como modo de aprimoramento profissional.

Considerando seu cotidiano de trabalho buscamos perceber a rotina diária de trabalho do Assistente Social, como é feito o planejamento com a equipe, orientação e execução dos serviços e ações que é realizada de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Sócio Assistenciais, por meio da busca ativa, grupos de famílias, coletivos, atendimento individualizado, encaminhamentos, estudo social e estudo de caso.

3. A trajetória da Assistência Social no Brasil e a PNAS- Política Nacional de Assistência social: década de 90

A Política Nacional de Assistência Social foi pela primeira vez, sancionada em 1998, após cinco anos da normatização da LOAS. Somente passadas duas décadas após a aprovação da LOAS é que a Política Nacional de Assistência Social foi efetivamente aprovada (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010).

O governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, ficou marcado pelo apelo popular, acreditava-se que poderia trazer mudanças para o Brasil, pois o país se encontrava num cenário de crise com a redução dos direitos sociais, privatizações, legado esse de mandatos

anteriores, principalmente, do governo de Fernando Henrique Cardoso, havendo assim, dificuldades no mandato do novo presidente (FERREIRA, 2007). Segundo a autora, apesar da crise, a Assistência Social começa a alcançar um novo patamar. Em dezembro de 2003 foi realizada em Brasília a IV CNAS - Conferência Nacional de Assistência Social. Nela se aprovou uma nova agenda política no que diz respeito ao ordenamento da gestão participativa e descentralizada de Assistência Social no Brasil.

Aprovou-se, ainda, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que prevê a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que será operacionalizada pela Norma Operacional Básica (BRASIL, NOB/2005) conhecida também como NOB/SUAS, onde concretizará um modelo de gestão que possibilite a efetivação dos princípios e diretrizes da política de assistência social, conforme definido na LOAS.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado em 2004, e em seu âmbito criou a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que busca fortalecer e acelerar o processo de construção do SUAS. No mesmo ano o MDS através da SNAS publicou a versão final da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução nº 145, sendo publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004.

A Política Nacional de Assistência Social tem como princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL/ PNAS, 2004, p.26).

Como forma de organização a PNAS será orientada segundo as seguintes diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL/ PNAS, 2004, p. 26-27).

A PNAS possibilita esclarecer as diretrizes que vão efetivar a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, por possui um modelo de gestão compartilhada, tendo suas atribuições e competências realizadas nas três esferas do governo. Reafirmando a necessidade de articulação com outras políticas e indicando que as ações a serem realizadas devem ser implementadas de forma integrada para o enfrentamento da questão social (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010).

Os usuários da política de assistência social passam a ser todos os cidadãos ou grupos que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade e risco social, ou seja:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL/PNAS, 2004, p. 27).

A PNAS trouxe novos avanços para a assistência social, além disso, ela colaborou significativamente para a construção e implementação do SUAS no ano seguinte a sua aprovação.

Diante do exposto, a aprovação desta Política pelo CNAS, facilita o acolhimento de um composto de critérios por intermédio de organização programada na metodologia de realização da mesma. Todavia, faz-se pertinente um registro de prioridades entre a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Conselho Nacional de Assistência Social, atentando para formas de diretrizes reguladora, bem como modelos de ordem operacional, os quais deverão ser planejados e efetuados em um conjunto de iniciativas que venham a favorecer ao objetivo de sua demanda de forma satisfatória.

Assim sendo, com base na contextualização acima se busca esclarecer que a Política Nacional de Assistência Social possui uma demanda redirecionada e distribuída em vertentes, que procuram contribuir de forma significativa e concreta suas atribuições, que é o que

tentaremos entrever no tópico seguinte e esclarecer dentro de uma destas mesmas vertentes as atribuições advindas do Sistema único de Assistência Social, o SUAS.

3.1 SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Com a aprovação da PNAS - Política Nacional da Assistência Social em 2004, seguiu-se o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Retomando as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, conforme determinações da LOAS e da própria PNAS, ocorreu à aprovação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em julho do ano de 2005 (BRASIL, NOB/SUAS, 2005, p. 13).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que coordena de modo descentrado, as tarefas socioassistenciais no Brasil. Como um padrão de administração participativa, movimenta as aplicações e subsídios das três camadas do governo para a efetivação e o auxílio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), abrangendo de modo direto os alicerces e metas estatutárias nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Planejado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o sistema é constituído pelo Poder Público e pela Sociedade Civil, que integram diretamente o sistema de gestão compartilhada.

Assim sendo, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, foi instituído em 2005, descentralizado e participativo, tendo por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social através da integração das ações entre os públicos (União, Estados, Municípios e DF) e das entidades privadas de assistência social no campo da proteção social brasileira. (BRASIL, NOB/SUAS, 2005, p. 13). Segundo Yasbek:

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Assistência Social prestados diretamente - ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos -, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (YASBEK, 2006, p.130).

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuiu com o sistema previdenciário ou não. (YASBECK, 1997, p.13).

A Assistência Social, não é contributiva, ou seja, atende a todos os cidadãos que dela necessitarem. Tem como objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e a reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e as pessoas com deficiência (BRASIL, NOB/SUAS, 2005, p. 13).

O SUAS tem por objetivos:

- I - Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva e garantem os direitos dos usuários;
- II - Estabelecer as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- III - definir os níveis de gestão, de acordo com estágios de organização da gestão e ofertas de serviços pactuados nacionalmente;
- IV - Orientar-se pelo princípio da unidade e regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades quanto à oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social;
- V - Respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais;
- VI - Reconhecer as especificidades, iniquidades e desigualdades regionais e municipais no planejamento e execução das ações;
- VII - assegurar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social;
- VIII - integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS, de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;
- IX - Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- X - Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;
- XI - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos como funções da política de assistência social (BRASIL, NOB/SUAS, 2005, p. 16).

O SUAS tem como princípios fundamentais: a matricialidade sócio-familiar; territorialização; proteção proativa; integração à seguridade social; integração à política sociais e econômicas. (BRASIL, NOB/SUAS, 2005, p. 20).

O SUAS traz ainda a rede socioassistencial como:

Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, NOB/SUAS, 2005, p.20).

A oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal é organizada pelo CRAS, que se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que propicia o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social que buscam a seguridade de seus direitos dentro das diretrizes que regem as leis que uma vez promulgadas não podem deixar de exercer aos fins a que se propõem.

3.2 CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CRAS é uma unidade pública municipal de base territorial, é direcionado ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, articulado aos serviços socioassistenciais de proteção básica de serviços, programas e projetos de proteção social às famílias. Os serviços socioassistenciais ofertados pelo CRAS tem como base: Serviços de atendimento Integral a Família, serviços de convivência e fortalecimento de vínculo e serviços de proteção social a domicílio, que visam atender a todas as famílias com vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, fragilização de vínculos afetivos e sociais. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009, p. 09).

Segundo as Orientações Técnicas do CRAS (2009), esses espaços devem oferecer serviços de forma planejada, com conhecimento do território e das famílias que lá vivem, observando suas necessidades e potencialidades além de ser muito importante o mapeamento das situações de vulnerabilidade e também das ofertas já existentes ao seu redor.

No CRAS, são oferecidos os seguintes serviços:

Apoio às famílias e indivíduos na garantia dos seus direitos de cidadania, no direito à convivência familiar e comunitária; serviços continuados de acompanhamento social às famílias ou seus representantes; acolhida para recepção, escuta, orientação e referência. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009, p 09).

O CRAS sendo uma unidade de rede socioassistencial de proteção social básica se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) que tem por objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, uma das garantias afiançadas pelo PNAS (2004) e somente pode ser ofertado pelo poder público, por meio da equipe de referência do CRAS e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção básica.

O trabalho social com famílias do PAIF é desenvolvido pela equipe de referência do CRAS e a gestão territorial pelo coordenador do CRAS, auxiliado pela equipe técnica, sendo, portanto, funções do poder público e não de entidades privadas de assistência social. Portanto, a equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, e articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo em serviços de vigilância de exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009).

O CRAS deve localizar-se em territórios onde se concentram o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social, devendo também ser um local de fácil acesso a população e que também contribua para o deslocamento de sua equipe quando for necessário.

O CRAS é a unidade pública responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF e, dessa forma, deve dispor de espaços que possibilitem o desenvolvimento das ações previstas por este Serviço. [...] O imóvel do CRAS, seja alugado, cedido ou público, deve assegurar a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosas. Constitui fator relevante para a escolha do imóvel a possibilidade de adaptação de forma a garantir o acesso a todos os seus usuários. [...] O CRAS deve ser uma unidade de referência para as famílias que vivem em um território. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009, p. 48).

O trabalho no CRAS deve ser desenvolvido de forma interdisciplinar, pois se acredita que esta seja uma forma de superar as abordagens tecnicistas e por serem os objetos de ação nessa instituição muito complexos.

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS 2009, p.65).

A equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS (2006, p. 25) e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS:

- Pequeno Porte I - até 2.500 famílias referenciadas; 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro, obrigatoriamente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio.
- Pequeno Porte II - até 3.500 famílias referenciadas; 3 técnicos de nível médio; 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, obrigatoriamente, 1 psicólogo.
- Médio, Grande, Metr pole e Distrito Federal- a cada 5.000 famílias referenciadas; 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio. (BRASIL, NOB-RH/SUAS, 2006, p. 25).

Algumas a es da prote o social básica devem ser desenvolvidas nos CRAS, como o Programa de Aten o Integral as Famílias (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que explanaremos a seguir.

3.3 PAIF - Programa de Aten o Integral   Família

Foi criado em 18 de abril de 2004 (portaria n . 78) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate   Fome – MDS. O Programa de Aten o Integral   Família – PAIF   o principal programa de Prote o Social Básica do Sistema  nico de Assistência Social – SUAS. Desenvolve a es e serviços básicos continuados para famílias em situa o de vulnerabilidade social na unidade do CRAS. Com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas rela es, garantindo o direito   convivência familiar e comunitária.

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, sobre os serviços da assistência social como, socioeducativos, de convivência e encaminhamentos a outras políticas. Tendo por objetivos contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social. É dirigido ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social e é um serviço continuado de proteção social básica desenvolvido pelos CRAS que prestam atendimento socioassistencial e fazem encaminhamento às redes de proteção social em cada localidade.

Os objetivos do PAIF, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais:

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; - Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; - Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; - Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; - Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; - Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL, 2009, p. 7)

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (2009) o PAIF é baseado no respeito dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Considerando o fortalecimento da cultura, do diálogo, no combate a todas as formas de violência, preconceito, de discriminação com relação aos familiares. Tendo como foco a troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, à adolescência, à juventude, ao envelhecimento e deficiências, a fim de promover espaços para a troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. O objetivo é oferecer às famílias, que possuem membros que necessitam de cuidados, espaços de socialização das experiências vividas, de elaboração de meios de enfrentamento de dificuldades, de modo a preservar e fortalecer o convívio familiar e social. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009.).

Segundo as Orientações Técnicas do PAIF, vol. 2 (2012) às ações que compõem o PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos.

As famílias destinatárias do PAIF são: famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial as famílias

beneficiárias de programas de transferência de renda ou famílias com membros que recebem benefícios assistenciais, pois a situação de pobreza ou extrema pobreza agrava a situação de vulnerabilidade social das famílias. Orientações Técnicas sobre o PAIF vol. 1 (BRASIL, 2012).

Vale salientar, que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, um dos programas de suma relevância aplicado pelo CRAS e sugerido na Política Nacional de Assistência Social, objetivando colaborar pela afirmação e a concretização da assistência social enquanto uma política social que tem como princípios a responsabilidade sociofamiliar, descentralização e territorialização.

3.4 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV também é ofertado no CRAS para Crianças, Adolescentes e Idosos. O serviço visa fortalecer os vínculos familiares, incentivar a socialização, convivência comunitária, bem como, complementar o trabalho social com as famílias.

“O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. (...)”. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, pag. 6). (...) Organizar-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 09).

O SCFV foi organizado em quatro tipos de serviços, de acordo com a faixa etária, com o intuito de prevenir situações de risco. Os usuários do SCFV são divididos da seguinte forma: Crianças até 06 anos, crianças e adolescentes de 06 a 15anos, adolescentes de 15 a 17 anos e pessoas idosas. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.10): o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos tem como foco: a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e

cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

Conforme Carmo, et al. (2010),

Crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e pessoas idosas constituem segmentos mais vulneráveis à violação de seus direitos e que constitui responsabilidade da Assistência Social potencializar seus vínculos familiares e comunitários, sua autonomia e possibilidade de participação na vida comunitária. (CARMO, et al. 2010, p.51).

No SCFV, o trabalho desenvolvido é multidisciplinar, envolvendo, assistente social, psicopedagogo, psicólogo e orientadores sociais. É importante essa colaboração e esse trabalho em grupo, pois, segundo Melo, et al. (2010),

Possibilita a troca de informações e experiências entre os profissionais das diversas áreas, contribuindo para um trabalho mais amplo com as famílias, que compreenda seus novos arranjos, os processos de subjetivação histórico-sociais e as práticas existentes na tessitura territorial. São as diferenças de especialização que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando diferenças. (MELO et al., 2010, p. 03).

3.5 O CRAS BONSUCESSO

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social-MDS, o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A NOB-SUAS/2005 regulamenta a estrutura e estipula o número mínimo de CRAS de acordo com o porte de cada município, Barreira é considerado município de pequeno porte I, tendo direito a 01 (um) CRAS referenciando até 2.500 famílias abrangendo os respectivos bairros que estão ao redor do equipamento como: Bonsucesso, Jatobá I, Jatobá II, Boqueirão e Mearim III.

O CRAS Bonsucesso³ foi implantado no final do ano de 2006 após o município receber a proposta expansão dos serviços socioassistenciais aderindo o termo de aceite para receber o cofinanciamento para ofertar o serviço do CRAS/PAIF. No início funcionava em uma casa alugada pela prefeitura, com uma equipe bem reduzida, formada apenas por uma Assistente Social e uma Psicóloga.

CRAS BONSUCESSO: Rua Carlos Nemer, 300 – Bairro: Bonsucesso – Cidade: Barreira/CE.

No ano de 2007 passou a fazer parte da equipe um Agente Administrativo e uma Psicopedagoga funcionado com a equipe mínima, no ano seguinte foi transferido para um espaço amplo onde funcionava um anexo da escola do bairro com uma estrutura melhorada e confortável, recebendo, por exemplo, telefone e internet, meios de comunicação que não era possível antes, tudo isso facilitou a equipe de receber mais usuários, com esta ampliação da estrutura ganhando mais salas de atendimento individual e coletivo foi possível realizar cursos de kit bebê para as gestantes, foi implantado (08) oito coletivos de SCFV, abrangendo as faixas etárias de 03 a 13 anos com o PETI- Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, incluindo o serviço de Brinquedoteca para as crianças de até 06 anos de idade e para os adolescentes de 14 a 17 anos ofertando o PROJOVEM ADOLESCENTE e oficinas de informática. No ano de 2010 foi implantado a Escola de Música do CRAS, funcionando aos sábados para contemplar maior número de participantes, o CRAS ofertou para comunidade, oficinas de Violão, teclado, aulas de canto e voz que resultou no coral de crianças com o nome “Estrela Guia” e com a banda de música ampliando e incentivando a inclusão de novos participantes a Banda Municipal Poeta Raimundo Cesário.

Atualmente o CRAS funciona com 13 coletivos do SCFV, nestes coletivos está incluso grupos com crianças, adolescentes e Idosos, além de fornecer curso de Corte e Costura atendendo cerca de 30 (trinta) pessoas a cada semestre.

A equipe é formada por 01 (um) Coordenador, 01 (uma) Assistente Social 30h, 02 (duas) psicólogas com carga horária de 20h cada uma, 06 (seis) Orientadores Sociais, 01 (um) Agente Administrativo. Apesar de o CRAS contar com todos esses recursos humanos, não dispõe de um transporte próprio, dificultando a execução dos serviços prestados pela equipe e deixando de realizar todas as visitas domiciliares e acompanhamento integral das famílias do PAIF. A equipe faz em média 85 (oitenta e cinco) atendimentos por mês, chegando a 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) atendimentos até agosto de 2017. Este quantitativo demonstra que o equipamento contribui com o desenvolvimento do bairro, fortalecendo os vínculos sociais, a partir do adequado conhecimento do território.

O CRAS promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Possibilitando, assim, o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social e tornando-se uma referência para os serviços setoriais. A equipe do CRAS apoia ações comunitárias, através de palestras, campanhas e eventos, promovendo com a comunidade a construção de soluções para o enfrentamento de problemas, tais comuns: falta de acessibilidade, a violência no bairro, o trabalho infantil, a ausência de espaços de

lazer e cultural, enfim, englobando um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que serão prestados direta e indiretamente.

No CRAS, os cidadãos são orientados sobre os benefícios assistenciais, Benefício de Prestação Continuada-BPC e são orientados e encaminhados para Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Cultura para ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

3.6 A importância do Serviço Social na Política da Assistência: algumas considerações

O Serviço Social no Brasil surgiu na década de 1930, por iniciativa da Igreja Católica e tinha como influência filosófica o Neotomismo, surge como desdobramento da ação social e da ação católica da Igreja. O crescimento de proletários com suas famílias, amontoados nos cortiços da época, a excessiva jornada de trabalho e os baixos salários, obrigaram o Estado a promover algumas concessões que, tinham como pano de fundo o controle das massas.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p.127).

No ano de 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro recebe influencia norte americana, marcada pelo tecnicismo, baseado na Psicologia e na Sociologia de base positivista e funcionalista, destacando a ideia do ajustamento e ajuda psicossocial para os indivíduos e com a valorização das técnicas. Com base na neutralidade, a profissão se desenvolve através do Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade.

Na década de 60 e 70, ocorre o movimento de renovação na profissão, ou a reatualização do tradicionalismo. Neste cenário político e econômico, há um aumento na atuação do Serviço Social, em virtude do surgimento e aumento da industrialização.

Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes (IAMAMOTO, 2004, p. 93).

A introdução das indústrias nas cidades trouxe uma nova forma de organização social, o sistema capitalista, que institui a sociedade de classe a um novo modo de produção nas relações sociais mediadas pela posse privada de bens. “O capitalismo, gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se

transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2005, p.54).

Com o movimento de Reconceituação, a profissão buscou romper como o conservadorismo, ou seja, procurou destinar seu foco profissional para o interesse dos que participavam da sociedade através de seu trabalho, a classe subalterna. A renovação da profissão se deu sob três dimensões: a modernizadora, baseada na teoria positivista; renovação do conservadorismo guiada pela teoria fenomenológica e a intenção de ruptura, influenciada pelo marxismo. (Netto, 2004).

O Movimento de Reconceituação rompe com as práticas do Serviço Social tradicional trazendo um novo significado no que diz respeito à atual identidade profissional. O profissional de Serviço Social segundo Iamamoto (2010) é o responsável por intervir mediante as refrações da questão social que é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista.

A atuação do Assistente Social desde seus primórdios a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil, entendendo que seu significado social se expressa pela atuação nas expressões da Questão Social que surgiram junto ao capitalismo: fome, desemprego, precarização das relações de trabalho, onde se revela as desigualdades sociais e econômicas, objeto de atuação profissional.

Questão social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos Governos. (IAMAMOTO, 2008, p. 27)

De acordo com Iamamoto (2009, p.17) “exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder” Entendemos então que, exige um profissional, segundo Iamamoto (2009, p.25) “que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais”.

A atuação do Assistente Social faz-se desenvolvendo políticas públicas que possam atender a população intervindo para melhorar as condições de vida do usuário, pois são os mediadores dos conflitos que ocorrem particularmente no espaço familiar, atuando nas manifestações da questão social, como: violência contra a mulher, o trabalho infantil, as situações de abandono, o abuso sexual e a criminalidade infanto-juvenil. (Iamamoto, 2008).

Para Iamamoto (2009) observa-se que o assistente social pode atuar nos mais diversos espaços de atuação, usar totalmente da sua relativa autonomia na sua prática profissional, primeiro pelo fato do profissional encontra-se muito próximo dessa realidade, e como nenhum outro, a conhece podendo decifrar as demandas, para assim intervir com projetos, atividades que sejam condizentes com a realidade posta.

Os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais na sua prática profissional são de grande significância, sendo alguns desses indispensáveis no cotidiano, por exemplo, a linguagem que se encontra intimamente associada à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Sendo esse instrumental um grande aliado do profissional, pois por meio da linguagem o assistente social mantém um relacionamento com os usuários podendo usar desse momento, de aproximação da forma que lhe achar mais propícia para esclarecer, e informar esse cidadão. (Guerra, 2012).

As atribuições e competências dos (as) profissionais de Serviço Social, independentes de suas áreas de atuações, sejam elas realizadas na política de assistência ou em outros espaços sócio ocupacionais são orientadas e norteadas por direitos e deveres, constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observadas, tanto pelos (as) profissionais, quanto pelas instituições empregadoras (CFESS, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões apresentadas desde os primeiros parágrafos desenvolvidos nesta pesquisa, buscou-se aprofundar acerca da prática especializada na atualidade, seus estímulos e progressão, entendendo até mesmo as divergências éticas constantes na ação do Serviço Social no CRAS Bonsucesso e o acolhimento ao usuário e suas demandas.

É fato que a Assistência Social no Brasil vem galgando território na sociedade e o profissional do Serviço Social, principalmente os trabalhadores da proteção Social Básica, tem entendido que a expansão desta política decorre da tessitura social neoliberal ao mesmo tempo da realização de ações do Estado para dar respostas às demandas da profissão. A

compreensão sobre o exercício profissional do assistente social tem crescido entre os sujeitos e assim, a profissão continuamente ganha espaço e adaptações para continuar junto aos progressos da questão social.

Assim sendo, no Município de Barreira/CE, foi possível perceber um envolvimento do órgão público com a Política Pública de Assistência Social, dentro dos parâmetros esperados para um Centro de Referência de Assistência Social. Já que estes avanços ainda devem continuar, particularmente, quando citamos uma profissão que exerce uma atuação diante das transformações societárias, foi possível observar que em ocasião do período da coleta dos dados não foi notado nenhum conflito, que pudesse alterar a rotina nos atendimentos aos usuários.

O CRAS Bonsucesso cumpre com as responsabilidades assumidas diante das obrigações, já que se trata de uma unidade descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços socioassistenciais, da Proteção Social Básica do Sistema Único de Proteção Social-SUAS nas áreas de instabilidade e risco social. O mesmo oferece o serviço do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, voltados para as família e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, vinculando e fortalecendo a rede de Proteção Social Básica local, bem como precaver as ocorrências de ameaça em sua área de delimitação, consolidando laços familiares, comunitários e assegurando direitos.

Vale salientar, que se faz pertinente uma sugestão à classe, sugerindo que é necessário estar sempre se atualizando. O assistente social precisa de um acervo amplo para a total execução de suas funções. É preciso maior engajamento dos assistentes sociais com o enfrentamento de classes.

Um dos empecilhos efetivos na Política de Assistência Social brasileira em relação aos profissionais de Serviço Social ocorre pela ausência de suporte onde é pouco o efetivo para uma ampla demanda de trabalho, deixando o profissional desmedidamente assoberbado, o que faz com que este seja forçado a desempenhar várias funções. O profissional de Serviço Social se enquadra em várias esferas de ação dentro do poder público como, assistência social, gestão, sociojurídico, saúde, população de rua, educação entre outras; na área privada, podendo ser em empresas industriais, comerciais e de serviços; pode atuar em Instituições de Ensino, Pesquisa, Assessoria e Consultoria em Serviço Social, estando esses profissionais sempre atentos às mudanças e, ainda no setor de Organizações Não Governamentais (ONG's); associações de moradores.

Assim sendo, objetiva-se com a referida contextualização contribuir com as congratulações e o debate no tocante a atuação profissional na contemporaneidade. Os obstáculos enfrentados são muitos e vão se expandindo rotineiramente, porém, os progressos são palpáveis. O triunfo da Política Nacional de Assistência Social é resultado disso, pois caracteriza-se como vitória de todos os profissionais e usuários da mesma. O entendimento da sociedade nesta árdua tarefa também é fundamental para a comprovação do objetivo pelo qual o Serviço Social se faz imprescindível.

Diante do exposto, este perfil assim definido, contribuirá para identificar os equipamentos por ele utilizados e os mais convenientes para cada operacionalidade, pois, a realidade de cada um pode ser semelhante, mas não igual e por isso, o próprio profissional irá estruturar seu trabalho com independência baseado no Projeto Ético Político fundamentado no Código de Ética, manifestando as ações desenvolvidas pelo profissional do Serviço Social por meio do sigilo profissional, do comportamento ético político, da disposição a favor da clientela e não do sistema capitalista, da postura de um programa societário para a sociedade e de forma singular para cada solicitação que apareça no exercício do assistente social, que usará de um meio instrumental que se adéque a realidade de cada ação individualizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. Nov. 2004, p. 26-27.

_____, **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Sistema Único de Assistência Social. SUAS. Construindo as Bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, jul. 2005, p 13-20.

_____, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos: NOB/RH.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, dez. 2006, p. 25.

_____, **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Documento Base – Fichas de Serviços. Brasília. Jun de 2009.

_____, **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1ª Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____, **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Conselho Federal do Serviço Social - CFESS. Brasília: 2009, p. 09-65.

_____, **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família** segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Orientações Técnicas sobre o PAIF –Vol. I. (BRASIL, 2012a, p. 09-10).

_____, **Orientações Técnicas sobre o PAIF** – Trabalho social com Famílias do Serviço de Atendimento Integral a Família. Vol. “II” (BRASIL, 2012b).

CARMO, et al. **CRAS: um espaço de formação e capacitação dos jovens**. Seminário Integrado, presidente prudente. v. 04, p. 49-58, 2010. Disponível em:<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/view/2753/2531>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

COUTO, B., YAZBEK, M. C. SILVA E SILVA, M. O., RAICHELIS, R. **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. Rojas; YASBEK, M. Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**.”In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento”. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRA, Ana Maria. **Política de Assistência Social e Programas de Transferência de Renda: Particularidades de Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado – UFJF, 2007.

GUERRA, Y. Apresentação. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; _____ (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.9-13

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In.: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.15-50.

_____, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008, p. 27.

_____, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2004.

_____, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**- 17. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, A. X., et al. **Avanços na Assistência Social brasileira: o trabalho multidisciplinar e a prática com grupos**. Congresso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos. 2010, p. 03. Disponível em: <http://www.madres.org/documentos/doc20110113144737.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. org. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Coleção Temas Sociais. 25ª Edição. Petrópolis-RJ, Vozes, 1993.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 7ed. São Paulo: Cortez, 2004.

YASBEK, M. C. **A Assistência Social na prática profissional: história e perspectivas.** In Serviço Social e Sociedade n° 85. São Paulo: Cortez, 2006.

YASBECK, Maria Carmelita. **Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social.** Cadernos ABONG, n° 19. Out. 1997.